

5 DE DEZEMBRO DE 2023
57ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
<div> Presidência: ANDRÉ DO PRADO</div>
RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 1501/23.
2 - PAULO FIORILO
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Acolhe a questão de ordem do deputado Paulo Fiorilo, para respondê-la oportunamente.
4 - GUILHERME CORTEZ
Discute o PL 1501/23.
5 - EDUARDO SUPLYCY
Para comunicação, faz pronunciamento.
6 - MÁRCIA LIA
Para comunicação, faz pronunciamento.
7 - GUTO ZACARIAS
Discute o PL 1501/23.
8 - GIL DINIZ
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
9 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Informa que o deputado Guto Zacarias é o último inscrito para discutir o PL 1501/23.
10 - ALTAIR MORAES
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
11 - BETH SAHÃO
Para comunicação, faz pronunciamento.
12 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Afirma que o deputado Guto Zacarias não desrespeitou os presentes nas galerias.
13 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.
14 - PAULO FIORILO
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
15 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Tece considerações a respeito do protocolo de requerimentos nesta sessão.
16 - EDIANE MARIA
Discute o PL 1501/23.
17 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Para comunicação, faz pronunciamento.
18 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
19 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Coloca em votação o requerimento de encerramento da discussão do PL 1501/23.
20 - EMÍLIO DE SOUZA
Para comunicação, faz pronunciamento.
21 - GUTO ZACARIAS
Para comunicação, faz pronunciamento.
22 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Suspende a sessão às 22h41min, por conveniência da ordem, reabrindo-a às 22h41min. Suspende a sessão às 22h42min, por conveniência da ordem, reabrindo-a às 22h44min.
23 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 1501/23, em nome do PSOL.
24 - PAULO FIORILO
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
25 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Responde à questão de ordem do deputado Paulo Fiorilo.
26 - LEONARDO SIQUEIRA
Para comunicação, faz pronunciamento.
27 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Exibe o requerimento de encerramento da discussão do PL 1501/23 protocolado.
28 - PROFESSORA BEBEL
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
29 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Responde à questão de ordem acerca da presença dos policiais nas galerias.
30 - MAJOR MECCA
Para comunicação, faz pronunciamento.
31 - BETH SAHÃO
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 1501/23, em nome do PT.
32 - TEONILIO BARBA
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
33 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Tece considerações quanto à ética e ao decoro parlamentar.
34 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
35 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
Para comunicação, faz pronunciamento.
36 - ANDRÉA WERNER
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 1501/23, em nome do PSB.
37 - BETH SAHÃO
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
38 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Acolhe a questão de ordem da deputada Beth Sahão, para respondê-la oportunamente.
39 - ENIO TATTO
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 1501/23, em nome da Minoria.
40 - MAURICI
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 1501/23, em nome da Minoria.
41 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de encerramento da discussão do PL 1501/23.
42 - PAULO FIORILO
Solicita a verificação de votação.
43 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Determina que seja feito o processo de verificação de votação, pelo sistema eletrônico.
44 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
45 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Informa que deve dar resposta em momento oportuno.
46 - LUCAS BOVE
Para comunicação, faz pronunciamento.
47 - PAULO FIORILO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.
48 - VALDOMIRO LOPES
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.
49 - VINICIUS CAMARINHA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSDB Cidadania.
50 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSOL REDE.
51 - CARLOS CEZAR
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PL.
52 - RAFAEL SARAIVA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do União.
53 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Anuncia o resultado da verificação de votação, que confirma a deliberação anterior.
54 - PAULO FIORILO

Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

55 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido e suspende a sessão às 23h57min, reabrindo-a às 00h04min. Convoca sessão extraordinária a realizar-se no dia 06/12, às 17 horas e 30 minutos; e segunda sessão extraordinária a realizar-se dez minutos após o término da primeira. Suspende a sessão às 00h06min, reabrindo-a às 00h06min.
56 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
Para comunicação, faz pronunciamento.
57 - GUTO ZACARIAS
Para comunicação, faz pronunciamento.
58 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Encerra a sessão.
* * *
- Abre a sessão o Sr. André do Prado.
* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
Ordem do Dia.
* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação adiada do Projeto de lei nº 1501, de 2023, de autoria do Sr. Governador.
Para discutir contra, o deputado Guilherme Cortez.
O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, presidente. Questão de ordem.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra, o deputado Paulo Fiorilo, para uma questão de ordem.
O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, formulo a presente questão de ordem com a finalidade de obter de V. Exa. esclarecimento acerca da aplicação do disposto no Art. 135 do Regimento Interno.

O Regimento Interno estabelece, em seu Art. 135, as situações que impedem a admissão das proposições e, em que pese a ausência de menção expressa às proposituras não instruídas de estudos técnicos realizados no âmbito da secretaria, o dispositivo considera inadmissíveis as proposições que, aludindo a qualquer dispositivo legal, não se façam acompanhar de sua transcrição.

A situação é análoga, uma vez que a propositura está embasada em estudos técnicos realizados pelas Secretarias de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e de Parcerias em Investimentos, conforme indicação na exposição de motivos encaminhada pelo titular da pasta.

Os mencionados estudos, que não instruem o referido processo legislativo, são mencionados como motivação da manifestação das secretarias e a ausência deles pode representar um prejuízo ao debate da propositura e impactos irreversíveis, caso sejam aprovados sem o necessário conhecimento desta Casa de Leis.

Do teor da exposição dos motivos, verifica-se que os estudos mencionados basearam a manifestação das secretarias e formaram a convicção do Poder Executivo, como se depreende. Mensagem A2, de 2023, e ai o Art. 35.

Presidente, a ausência dos estudos a que se refere a exposição de motivos implica que o Legislativo assinse verdadeiro cheque em branco, tendo em vista que não foram trazidos ao debate argumentos técnicos que demonstrem que a desestatização promoverá vantagens, a modicidade tarifária, bem como a antecipação do atingimento de metas da universalização do serviço.

A matéria é de extrema relevância e requer maiores esclarecimentos por parte do Poder Executivo, que podem ser obtidos pela disponibilização a esta Casa de Leis dos estudos técnicos que embasaram a proposta. Deliberar a propositura sem subsídios técnicos pode representar impactos não desejados por esta Casa de Leis e implicar em situação irreversível em termos do interesse da população do estado.

No exercício de sua função legiferante, o Poder Legislativo não só pode, como deve exigir do Poder Executivo o cumprimento de transparância das informações de que o Executivo dispõe.

Sr. Presidente, diante do exposto, requeremos que seja oficiado ao chefe do Poder Executivo para que determine o envio a esta Casa de Leis dos estudos técnicos realizados pelas Secretarias de Meio Ambiente, Infraestrutrua e Logística e Parcerias em Investimentos mencionados na exposição dos motivos do Projeto de lei nº 1501, de 2023, sem os quais não será possível concluir sua apreciação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Recebo sua questão de ordem, que será respondida oportunamente. Com a palavra, o deputado Guilherme Cortez.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite, presidente. Boa noite, deputados e deputadas, servidores da Assembleia e público presente, que é muito bem-vindo nesta que é - ou pelo menos deveria ser - a Casa do Povo. (Manifestação nas galerias.)

Por isso, quero começar me desculpando pela malcriação e pela indelicadeza de pessoas que, depois que se elegem, viram as costas para as pessoas e só recorrem aos eleitores e à população para pedir voto e, quando estão aqui, com um paletó, de cima de uma tribuna, desrespeitam a população que vem democraticamente se manifestar.

Mas não é para as pessoas que estão aqui na tribuna que eu quero fazer essa fala, presidente. Eu quero fazer esta fala para as pessoas que não tiveram a oportunidade de serem consultadas para a privatização da Sabesp, para as pessoas que trabalham todo dia para conseguir pagar sua conta no fim do mês, e que hoje estão tendo o seu direito à água ameaçado, estão correndo o risco de danqui a alguns meses estarem pagando uma conta de água mais cara.

Essas pessoas que não puderam vir para a Assembleia Legislativa, muitas delas que moram no interior do nosso estado, a muitos quilômetros de distância daqui, que vão ser as pessoas que mais afetadas se a Sabesp for privatizada, e essas pessoas não tiveram a oportunidade de dar sua opinião, porque esse governo se negociou até agora a fazer um plebiscito para discutir o projeto de privatização da Sabesp, e para essas pessoas eu quero recapitular como a gente chegou até aqui.

No ano passado, nas eleições, o então candidato ao governo Tarcísio não colocou no seu plano de governo a proposta de privatização da Sabesp. Apesar disso, como nós da esquerda já sabíamos do projeto desse governador, a gente passou a campanha inteira alertando que se ele fosse eleito, uma pessoa que não conhece o estado de São Paulo e que quer importar tudo de ruim do Rio de Janeiro para cá, ele tentaria fazer a mesma coisa que aconteceu no Rio, e colocaria em risco a privatização da Sabesp, colocaria em risco a continuidade dessa empresa.

Ele até tentou disfarçar durante a campanha eleitoral para não perder voto, mas, quando ele assumiu, a primeira coisa que ele fez foi encaminhar o projeto de privatização. Ele nomeou, ele indicou para a presidência da Sabesp, essa empresa tão importante, que este ano completa 50 anos, ele indicou um executivo que já tinha presidido a Igúá Saneamento, não por coincidência, uma das empresas que tem interesse em adquirir as ações da Sabesp se ela for privatizada.

Depois ele contratou um estudo sem licitação, e o estudo, de forma muito estranha, possuía dois valores. O governo pagaria oito milhões de reais para a consultoria, que, aliás, é credora da Sabesp. O governo pagaria oito milhões de reais se

o resultado desse estudo fosse contrário à privatização, mas ele pagaria 45 milhões de reais se o estudo fosse favorável à privatização.

Vocês adivinham qual foi o resultado do estudo? Era um estudo encomendado, um estudo comprado para dar para o governador argumentos para privatizar, e nem isso o estudo foi capaz de fazer, porque o governador queria que o estudo dissesse uma coisa, que a privatização ia reduzir a tarifa, porque aí seria mais fácil para ele argumentar.

O que o estudo comprovou é que a privatização, como em qualquer outro lugar do mundo, vai fazer a tarifa aumentar, a menos que o estado continue investindo, e, em um verdadeiro desrespeito com a inteligência do povo do estado de São Paulo, o que o governo propõe é privatizar a Sabesp, mas o estado ter que continuar investindo, para impedir que a iniciativa privada aumente o valor da tarifa.

Esse é o neoliberalismo de araque brasileiro, em que você privatiza os lucros de uma empresa lucrativa, como é a Sabesp, mas você socializa os investimentos. O estado tem que continuar pagando, mas a empresa privada pode ter todos os lucros. Daí esse projeto chegou nesta Casa há menos de dois meses atrás, e ele chegou como um projeto de lei ordinário, embora a privatização da Sabesp deva passar por uma Proposta de Emenda à Constituição.

Esse é um projeto inconstitucional, que, mesmo que seja aprovado aqui, vai ser derrubado pela Justiça, e esse projeto tramitou nesta Casa durante dois meses em regime de urgênci, passando de maneira atropelada por três comissões ao mesmo tempo, até chegar aqui.

E o governo faz tudo isso de maneira apressada, afobada, atabalhoada, porque sabe que não tem argumento racional para justificar a privatização. Não pode falar que a Sabesp dá prejuízo porque a Sabesp é uma empresa lucrativa.

A Sabesp atende 375 cidades do estado de São Paulo, das quais 310 ela já conseguiu universalizar o serviço de saneamento básico e das quais 350 não são sequer lucrativas para a Sabesp.

São pequenas cidades do interior do estado de São Paulo que só têm acesso à água tratada, à coleta de esgoto porque tem uma empresa pública que faz isso, apesar de não ser lucrativo, coisa que nenhuma empresa privada vai sonhar em fazer.

Não dá para falar que a privatização deu certo em nenhum lugar do Brasil e nem do mundo, porque mundo afora, até 2017, foram 267 lugares que reestatizaram as suas redes de saneamento, em cidades como Nova York, Paris, Berlim, Frankfurt, Nova York.

Aqui no Brasil, onde se privatizou o saneamento básico, como no Rio de Janeiro, a tarifa social do Rio é o dobro da tarifa cobrada aqui em São Paulo. Em Manaus, onde se privatizou, duas comissões parlamentares de inquérito já recomendaram a reestatização.

No Tocantins, onde se privatizou, a maior parte das cidades foi devolvida pela iniciativa privada para que o estado tome conta, porque eram cidades que não eram lucrativas e a gente não faz um mês que a gente viu quatro milhões de pessoas aqui no estado de São Paulo ficarem sem acesso à energia elétrica por conta de uma empresa privada chamada Enel.

E a gente se pergunta: como que a Enel foi parar lá em condições de prejudicar tanta gente? A Enel foi parar lá em discussões como essas aqui em que governos incompetentes, porque demonstram a sua incapacidade de administrar o estado, a coisa pública, optam por transferir esses serviços para a iniciativa privada com anuência de parlamentares, muitos dos quais estão sendo comprados pelo governo estadual, que destinou 713 milhões em emendas voluntárias.

Não foram só 73 milhões não, foram 713 milhões de reais que o Governo do Estado de São Paulo aprovou emenda voluntária para tentar comprar o voto dos deputados desta Casa. Alguns nem precisaram ser comprados, esses são os bolsanaristas.

Esses não receberam nada do governo, mas como eles querem o mal do povo, como eles querem que o povo seja prejudicado como eles já fizeram no governo federal, eles nem cobraram nada.

Mas outros deputados estão sendo pressionados, estão sendo chantageados e cobrados pelo governo através de emendas para votar esse projeto. Mas saibam, deputados, que nenhuma obra com esse dinheiro sujo dessas emendas vai ser suficiente para livrar os senhores da indignação da população, dos eleitores, quando a conta de água aumentar, quando as cidades do interior do estado de São Paulo tiverem o seu acesso à água e saneamento ameaçados.

Não vai ter obra de emenda, que o governo comprou a consciência e o voto dos senhores, que vai redimir esse crime contra o estado de São Paulo. Eu tenho muito orgulho de representar nesta Assembleia, junto com a deputada delegada Graciela, a região de Franca, que me deu o orgulho de ser um dos seus representantes nesta Assembleia.

E a deputada Graciela sabe que Franca tem a nona melhor rede de saneamento básico do Brasil graças ao serviço que é oferecido pela Sabesp. Porque na região de Franca, deputado Giannazi, a Sabesp universalizou o saneamento não foi hoje não. Foi 20 anos atrás graças ao investimento de uma empresa pública.

Privatizar a Sabesp é um crime contra o estado de São Paulo e, deputada Graciela, é um crime contra a nossa região, que tem uma excelente rede de saneamento básico graças à Sabesp e que essa rede vai ser colocada a perder, vai ser ameaçada pela privatização.

Os interesses da população que nos elegeru estão acima dos nossos partidos, estão acima da nossa relação com o governo, e por isso tenho certeza, deputada, de que a gente vai poder contar com seu voto também contra a privatização da Sabesp, porque o oposto seria virar as costas para a população da nossa cidade e da nossa região.

E eu quero dizer e deixar registrado aqui, para que o povo do estado de São Paulo se lembre, de que foram os partidos de esquerda, os sindicatos e os movimentos sociais que lutaram desde o primeiro momento para que o direito à água e ao saneamento básico no estado de São Paulo não fossem ameaçados.

Foi à esquerda, que está lutando até o último momento para que a conta do cidadão do estado de São Paulo não fique mais cara, e está lutando contra a direita, contra um governo que quer acabar com o serviço público e com os direitos da população, que quer que você pague mais caro na água, que quer que um empresário, um acionista de fora do Brasil, decida se uma pequena cidade do interior de São Paulo merece ter acesso à água tratada e coleta de esgoto ou não.

Eu venho do interior do estado de São Paulo e, nos últimos meses, eu rodei por mais de uma dezena de cidades, umas com cinco, dez, 15, 20 mil habitantes, cidades essas em que não é lucrativo ter uma rede de saneamento básico, mas cidades em que a população merece ter água tratada, merece ter coleta de esgoto, tanto quanto em qualquer outro lugar desse estado.

Agora, se a gente entregar o nosso sistema de saneamento básico para a iniciativa privada, o abastecimento dessas cidades vai ser ameaçado, como foi ameaçado em todos os lugares onde essa rede foi privatizada.

A gente tá vivendo hoje a maior crise ambiental da história da humanidade. Enquanto a gente tá aqui discutindo esse projeto retrógrado, lá em Dubai está acontecendo uma conferência, a COP28, para discutir como o mundo vai enfrentar as mudanças climáticas.

E, nesse contexto de crise ambiental, de escassez dos nossos recursos mais fundamentais, de avanço da emergência climática, é um absurdo que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo sequer cogite abrir mão do controle público e social sobre um recurso sobre um bem, presidente, que é indispensável para a sobrevivência humana, que é a nossa água, e cogite abrir mão de um serviço que é indispensável

para a saúde da população do estado de São Paulo, que é o saneamento básico.

Água e saneamento básico não são mercadoria, são direitos da população que precisam ser assegurados pelo estado, pelo qual todos os deputados aqui se elegeram e fizeram um juramento de que iriam defender, que esse governador devia estar defendendo e não devia estar discutindo de abrir mão, entregar para empresários que só se importam com seu próprio lucro.

Para terminar, esta Assembleia tem uma comissão parlamentar da Enel desde o começo do ano. E o temporal e o apagão que aconteceram no começo do mês passado comprovaram porque que essa CPI é necessária.

A gente não precisa privatizar a Sabesp hoje para, daqui a cinco, dez anos, ter que fazer uma CPI da Sabesp privatizada para discutir por que a conta ficou mais cara, para discutir por que o serviço piorou.

Vocês imaginam se acontece uma calamidade, que nem aconteceu com a Enel, em alguma estação de tratamento de água ou de esgoto no estado de São Paulo, e a gente ter que recorrer a um empresário que só tá interessado no seu próprio lucro? A gente não vai admitir, não vai tolerar, a privatização da Sabesp.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Para concluir, deputado Guilherme.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - A Sabesp é um patrimônio do estado de São Paulo, porque a água é um direito da população, e a gente não vai aceitar que esse direito seja ameaçado por pessoas gananciosas e corruptas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Para discutir a favor, deputado Guto Zacarias.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - Pela ordem, Sr. Presidente, para uma breve informação.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pois não, deputado Eduardo Suplyci. Dois minutos tem Vossa Excelência.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Juntamente com a deputada Márcia Lia, nós estivemos no Palácio do Planalto para tentar dialogar com o governador Tarcísio de Freitas a respeito da proposta de plebiscito.

Conversamos com o secretário Gilberto Kassab, das Relações Institucionais, depois com o secretário da Educação, Renato Feder, depois com o secretário da Casa Civil, Arthur Lima.

E já eram 9 horas e 15 minutos da noite quando Arthur Lima disse que seria muito difícil para o governador hoje nos receber. Conversamos com ele, avaliamos como democrática seria a decisão se pudesse passar por um plebiscito, mas ele disse que a audiência com o governador teria que ser noutra dia que não hoje.

Mas nós realizamos um esforço.

Pedir à Márcia Lia para complementar essa breve informação.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Nós estivemos no Palácio dos Bandeirantes. Infelizmente o governador perdeu uma oportunidade de ouvir uma sugestão que nós fomos levar a ele na perspectiva de que nós pudéssemos falar sobre um plebiscito, onde a população de São Paulo iria dizer se quer ou não essa privatização.

Eu não tenho dúvida, porque, em abril deste ano, o Instituto Datafolha fez uma pesquisa, em abril: 53%, naquela oportunidade, de paulistas e paulistanos não queriam a privatização. Se nós fizéssemos hoje, dia 5 de dezembro, uma pesquisa, eu não tenho dúvida, presidente, de que mais de 70% do povo do estado de São Paulo não ia querer essa privatização.

É uma pena.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra o deputado Guto Zacarias.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite a todos os presentes. Muito me honra ser o último deputado dos deputados da base aliada, dos deputados da base de direita a falar favorável à privatização...

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - Deputado Guto, um minutinho só. (Manifestação nas galerias.)

Com a palavra Guto Zacarias.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Como havia dito antes de ser interrompido, presidente, muito me honra ser o último deputado... Está virando de costas a galera aí, calma que vocês vão ficar mais bravos ao longo do discurso, fiquem calmos.

Muito me honra ser o último deputado dos deputados de direita a defender a privatização da Sabesp, presidente, porque é uma pauta que eu defendo. É uma pauta que eu disse na campanha, é uma pauta que vários parlamentares defenderam na campanha, e o estudo encomendado pelo Banco Mundial é um grande estudo.

Ele diz que nós vamos atingir a universalização do saneamento aqui no estado de São Paulo quatro anos do previsto pelo bom marco do novo marco do saneamento básico. Novo marco ele colocou em 2032, com a privatização nós vamos atingir a universalização em 2029.

Eu acredito, presidente, na diminuição da tarifa. Eu acredito, sim, no primeiro momento usando o fundo e no segundo momento usando os dividendos. Eu acredito no aumento da cobertura em mais de 10 milhões de paulistas atendidos por um dos três serviços que a Sabesp faz. Um milhão a mais do previsto, também, no novo marco do saneamento básico.

Eu acredito na diminuição do cabide de emprego que acontece na Sabesp. Eu, como já disse, assim como o deputado Lucas Bove disse, acredito que a Sabesp faz um serviço ruim, tem um serviço ruim, de péssima qualidade, mas há parlamentares que defendem que a Sabesp faz um bom serviço. Eu entendo, discordo, mas entendo. O que não dá para discordar, em hipótese alguma, é que existe um cabide de emprego.

A Arseps, Agência Reguladora, que regula evidentemente as estatais paulistas e a Sabesp, evidentemente, diz que o cabide de emprego da Sabesp já está em 13 por cento.

Ou seja, achando que faz um trabalho bom, ou achando que faz um trabalho ruim, o cabide de emprego está em 13 por cento. A própria Arseps diz isso, Agência Reguladora estatal que regula.

Presidente, além disso eu defendo também e acredito que com a privatização da Sabesp nós vamos aumentar em 10 bilhões de reais o investimento no saneamento básico. Dez bilhões de reais em saneamento básico, como todo sabe, equivale a 50 bilhões de reais investidos em saúde.

Agora, presidente, esses argumentos eu já disse, o deputado Léio já disse, o deputado Bruno Zambelli já disse, vários parlamentares já disseram, inclusive a secretária Natália, seja no lançamento da Frente Parlamentar em Apoia à Privatização da Sabesp, do qual eu sou coordenador, seja aqui, na audiência pública, onde ela falou por mais de meia hora, defendendo esses argumentos.

Só que assim, pensando assim, tem um argumento que eu prefiro mais, tem um argumento de que eu gosto mais. Eu quero privatizar a Sabesp [Expressão suprimida.]. Eu quero privatizar a Sabesp [Expressão suprimida.], porque é isso que o PT fez com as últimas estatais, da última vez que o PT governou o nosso País.

Eu quero privatizar a Sabesp para não acontecer igual ao que o PT fez com a Petrobras, por exemplo. Está aqui, [Expressão suprimida.] foi mais de seis bilhões de reais. É isso que vocês fazem com estatal.

O [Expressão suprimida.], não adianta gritar mentiroso, com a Eletrobras, foi de 186 bilhões de reais. Quem está dizendo isso é a Polícia Federal, é o Ministério Público, é a Operação Lava Jato, não é o deputado Guto Zacarias. Só da Eletrobras, [Expressão suprimida.] 186 bilhões de reais. Da Petrobras, seis bilhões de reais. Dos Correios, 13 bilhões de reais [Expressão suprimida.].

Esse é o principal motivo por que eu defendo a privatização da Sabesp, para que, São Paulo nunca votou no PT, não